

Política, gênero e sexualidade: controvérsias espíritas entre progressistas e conservadores

Célia da Graça Arribas¹

Resumo: Proponho uma análise sobre como personagens e instituições espíritas têm (re)construído as percepções e representações espíritas sobre política, gênero e sexualidade, sobretudo a partir da emergência de um cenário conservador pós-golpe de Estado de 2016, e como essas visões são postas politicamente em termos de um espiritismo conservador e de um espiritismo progressista. Os debates têm se adensado tanto no sentido de novas posições e entendimentos quanto de novos/as atores/atrizes, que vêm sendo desafiados/as a (re)elaborar o discurso religioso, tornando explícitas posições políticas tanto no terreno da diversidade sexual e de gênero, como diante da crise que esgarça nosso tecido social.

Palavras-chave: Espiritismo. Gênero. Sexualidade. Política.

Politics, gender and sexuality: spiritist controversies between progressives and conservatives

Abstract: *I propose an analysis of how spiritist characters and institutions have articulated and (re)constructed spiritist perceptions and representations about politics, gender and sexuality, especially since the emergence of a conservative scenario after the 2016 coup d'état, and how these visions are put politically in terms of conservative and progressive spiritism. Spiritist discourses have become more intense, both in the sense of new positions and understandings as well as new actors/actresses, who have been challenged to (re)elaborate religious discourse,*

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil – celiarribas@yahoo.com.br

making explicit political positions both in the field of sexual and gender diversity, as in the face of the crisis that strains our social fabric.

Keywords: *Spiritism. Gender. Sexuality. Politics.*

A emergência de um cenário conservador no Brasil nos últimos anos, sobretudo após o golpe de Estado midiático-jurídico-parlamentar de 2016, tem recebido o respaldo e a participação de atores/atrizes e instituições religiosas, colocando em evidência tensões e conflitos internos entre distintas moralidades e visões de mundo nos principais segmentos religiosos cristãos. Mesmo o movimento espírita, que sempre primou pela discricção e apaziguamento das diferenças, evitando particularmente os embates políticos, não conseguiu escapar dessa tendência.

O espiritismo está longe da unanimidade já desde suas origens (Arribas, 2010). As práticas de orientação religiosa, as direções e os significados da ação no mundo, os mecanismos de legitimação de personagens e concepções, as maneiras de atingir a salvação, tudo isso variou e varia sensivelmente dentro do espectro religioso a que se convencionou chamar de “espiritismo kardecista”. À medida que vamos nos embrenhando na história e na análise de atores/atrizes e instituições que compõem essa trama, percebemos quão diversificados podem ser os tipos de apropriação subjetiva de que o espiritismo tem sido objeto (Arribas, 2017b). Delimitar as posições e as divergências tem sido importante nesse sentido, tanto mais porque no espiritismo não há uma cúpula legítima para ditar o que é ou não espiritismo. Aliás, médiuns, intelectuais e lideranças não detêm autoridade inquestionável para falar em nome do espiritismo, nem mesmo instituições federativas, o que cria uma série de grupos, que não raras vezes conflitam entre si.

Essa mesma pluralidade de visões, instituições e tipos de autoridade também vai estruturar o campo de debates espíritas sobre política, gênero e sexualidade. Essas discussões têm se adensado tanto em termos de novas tensões e entendimentos quanto de novos/as atores/atrizes, que vêm sendo desafiados/as a (re)elaborar o discurso religioso, tornando explícitas posições políticas tanto no terreno da diversidade sexual e de gênero, como diante da crise que esgarça nosso tecido social.

A proposta deste artigo é justamente compreender, por meio da análise de produções audiovisuais e publicações virtuais – veiculadas em sites, redes sociais e canais do YouTube –, e com base em algumas das obras da vasta produção bibliográfica dessa religião do livro que é o espiritismo (Lewgoy, 2000), quem são as personagens e como vêm (re)construindo o discurso religioso espírita sobre gênero e sexualidade, alinhando-o a uma visão social espírita e

a posicionamentos e convicções políticas. Esses debates têm colocado em evidência as controvérsias entre, de um lado, e por meio da linguagem dos direitos humanos e das ciências humanas e sociais, os/as “espíritas progressistas” – aos quais se dará mais atenção aqui – e, de outro, os/as “espíritas conservadores/as”, em sua maioria partidários/as da manutenção das instituições sociais e políticas tradicionais e da reprodução das diferenciações de gênero e da hierarquização das sexualidades.

Importante ressaltar que as classificações operadas aqui em termos de “conservadores” e “progressistas” têm sua origem no próprio discurso êmico. Longe de reproduzi-las irrefletidamente, proponho coletar os mais variados discursos com a condição de ver neles não a explicação do comportamento, mas um aspecto do comportamento a ser explicado. A compreensão das ações em curso no meio espírita implica um esforço em interpretar, o que quer dizer identificar as bases lógicas e inteligíveis com as quais os/as atores/atrizes espíritas constroem o raciocínio com que eles/elas mesmos/as explicam as suas intenções na ação.

Em primeiro lugar, traço em linhas gerais como têm se estruturado historicamente as relações entre espiritismo e política e, mais particularmente, como tem sido a reação dos/as espíritas diante do atual cenário político brasileiro. A partir daí, trago algumas características de como o movimento espírita tem pensado e articulado as percepções e representações espíritas sobre gênero e sexualidade, e como essas questões são postas politicamente em termos de um espiritismo conservador e de um espiritismo progressista.

Espiritismo e política: conservadores versus progressistas

Embora a aura de “união, fraternidade e caridade” que paira nas e sobre a visão das casas espíritas no Brasil sirva como uma estratégia para evitar os debates políticos entre os/as irmãos/ãs da fé espírita – o que não deixa de ser um gesto político –, invisibilizando os direcionamentos conflitantes, não é de hoje que dentro do movimento residem tensões a respeito de como conceber vivências, práticas e ações de orientação espírita no mundo, especialmente as tensões entre espiritismo, política e engajamento social coletivo (Miguel, 2009, 2014, 2020).

Feito um divisor de águas políticas falsamente pacíficas nas quais estava mergulhado o movimento espírita brasileiro, a conferência no 34º Congresso Estadual Espírita de Goiás de 2018, do médium e orador Divaldo Pereira Franco, figura bastante conhecida dentro e fora do meio espírita por sua obra mediúnica e assistencial, atraiu a atenção do público com uma fala de pouco mais de sete minutos.² Ao ser interpelado por um jovem sobre a famigerada “ideologia de

² O vídeo estava disponível no YouTube, mas foi retirado da internet, por conta das polêmicas que causou. É possível acessar sua transcrição em DA PAZ, Arthur. Divaldo Franco defende Sérgio Moro e critica política

gênero”, asseverou – em tom de autoridade espírita – tratar-se de um “momento de alucinação psicológica da sociedade”. E foi além em seu discurso, referindo-se ao juiz de primeira instância, que se tornou depois Ministro da Justiça e Segurança Pública no primeiro ano de governo Bolsonaro, Sérgio Moro, como o bastião da moralidade e da justiça, o “Presidente da República de Curitiba”, que propiciou “o desnudar da hipocrisia e da criminalidade”.

Ao focar diretamente a “ideologia de gênero”, classificou-a como uma “imoralidade ímpar”, “aberração” engendrada por um “marxismo cultural” infiltrado no Ministério da Educação em um “passado muito recente” para criar nas crianças “a ausência de qualquer princípio moral”. Também foi questionado sobre descriminalização do aborto, condenando-o veementemente, ao dizer que se trata de “crime hediondo, que está tentando tornar-se legal. (...) E agora, com a tese de gênero, estamos indiferentes e, de um momento para outro, na madrugada, os nossos dignos representantes adotam”.

Palmas e brados foram ouvidos após toda a sua exposição, e isso nos diz muito sobre o reconhecimento que o médium baiano tem ante a comunidade espírita. Mas não diz só isso. Nas últimas décadas, intelectuais, médiuns e lideranças espíritas têm canalizado parte considerável de suas energias na (re)elaboração das representações religiosas espíritas sobre gênero e sexualidade, debate em que Divaldo é tido como referência, tanto por suas publicações quanto pelas frequentes palestras e entrevistas que dá ao meio espírita.

Ao utilizar, em sua fala, o termo “ideologia de gênero” – termo que vem se popularizando no léxico do reacionarismo brasileiro contemporâneo – como um substrato do “marxismo cultural” e algo que expressa “uma alucinação psicológica” engendrada pelo Ministério da Educação (MEC) e pelos últimos anos de governo encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Divaldo Pereira Franco expressa uma posição política compartilhada por parcela significativa do movimento espírita, que assume uma postura claramente partidária, contrária ao PT, reforçando uma visão conservadora. Divaldo Franco certamente tem liberdade para expressar suas convicções e opiniões pessoais, mas falar em nome do espiritismo foi a gota que faltava para o copo transbordar e iniciar, mais explicitamente, as querelas.

Suas posições, embora encontrem eco, expressando o argumento de autoridade do “grande médium e orador”, não são unânimes no espiritismo, e as reações a elas nos ajudam a perceber as controvérsias que permeiam esse debate. O que se pode extrair das declarações de Divaldo, mesmo que não tenha sido essa a sua intenção, é o fato de convocar os fiéis da fé kardecista ao exercício cívico,

tão oportuno quanto necessário em tempos de fortes ataques ao Estado democrático de direito. Em resposta a Divaldo e correligionários/as, espíritas que se autodenominam “progressistas” – o que supõe demarcar oposição aos “conservadores”, embora estes raramente se autoidentifiquem enquanto tais –, organizaram um abaixo-assinado tornando públicas as suas divergências.³ Muitos/as deles/as também assinaram o “Manifesto por um Espiritismo Kardecista Livre”⁴ e o “Manifesto de Espíritas Progressistas por Justiça, Paz e Democracia”⁵ marcando sua posição política diante da recente onda conservadora após o golpe de Estado de 2016.

Para essa parcela progressista, que tem se manifestado com mais frequência em redes sociais, canais do YouTube e sites, o espiritismo, por seus princípios, é entendido como protagonista indispensável na promoção da igualdade, da fraternidade e da justiça social. Uma sociedade mais justa e fraternal, sem dúvida nenhuma, é uma visão compartilhada por praticamente todos/as os/as espíritas. As divergências, no entanto, estão nas explicações sobre as causas das desigualdades e, principalmente, sobre os meios de alcançar essa sociedade. Um bom atalho para compreender essas divergências são as distintas compreensões do imperativo ético da caridade, sintetizado no lema espírita “fora da caridade não há salvação”.

Seria muito simplista afirmar que o peso da origem socialmente privilegiada dos espíritas – classe média branca, escolarizada, cisgênera e heterossexual⁶ – condiciona unicamente a sua visão de mundo e do futuro do mundo. No entanto, ela pode contribuir para uma leitura espírita confortável e conformista da vida na medida em que abraça uma explicação reencarnacionista da meritocracia e das desigualdades sociais, entendendo que, se há miseráveis e vulneráveis, eles/elas nada mais fazem do que “pagar” carmas ou dívidas de vidas passadas. Promover a caridade para com esses/as necessitados/as, por meio de uma ajuda material pontual, de cunho assistencialista, é, nesse sentido, muito mais um meio de salvação de foro íntimo e individual daquele/a que doa do que o caminho

³ NASSIE, Lourdes. Espíritas progressistas respondem à entrevista coletiva de Divaldo Franco e Haroldo Dutra. *O Anápolis*, 20 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36set11>. Acesso em: 26 nov. 2020.

⁴ MANIFESTO POR UM ESPIRITISMO kardecista livre. *CartaCapital*, 11 fev. 2019. Diálogos da Fé. Disponível em: <https://bit.ly/3lzzsUg>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁵ MANIFESTO DE ESPÍRITAS progressistas por justiça, paz e democracia. *Portal Geledés*, São Paulo, 26 set. 2018. Em Pauta. Disponível em: <https://bit.ly/3oe0XUZ>. Acesso em: 26 set. 2018.

⁶ O Censo de 2010, realizado pelo IBGE, mostrou que a população que se autodeclara espírita tem os melhores indicadores de educação e de rendimento mensal domiciliar per capita em relação às demais representações religiosas no país. Este grupo religioso tem a maior proporção de pessoas com nível superior completo (31,5%) e as menores percentagens de indivíduos sem instrução (1,8%) e com ensino fundamental incompleto (15%). No que se refere ao recorte por cor ou raça, entre os espíritas, 68,7% eram brancos, percentual bem mais elevado que a participação deste grupo de cor ou raça no total da população (47,5%). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Rio de Janeiro IBGE, 2020. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 nov. 2020.

para a transformação estrutural da sociedade. Para os/as espíritas progressistas, entretanto, e aqui cito o espírita progressista Franklin Félix,⁷ se Allan Kardec estivesse vivo hoje, teria cunhado a “expressão ‘fora da justiça social não há salvação, muito mais ampla, mais dialógica e mais próxima da noção cristã de equidade’”.⁸ Porque entendem que, se a caridade é necessária, a justiça social é urgente.

Temas como democracia, desigualdade social, racial, de gênero e de sexualidade, direito penal, Estado laico, tolerância religiosa, inclusão, diversidade e demais pautas ligadas aos direitos humanos passaram a ser cada vez mais frequentes nos espaços de encontros virtuais entre espíritas contrários aos governos pós-golpe. *Fanpages* e grupos públicos do Facebook, como “Espiritismo e Direitos Humanos”, “Feminismo, Diversidade e Espiritismo”, “Espiritismo de Direita é Assédio”, “Fronteiras do Pensamento Espírita”, “Espiritismo à Esquerda”, “Socialismo e Espiritismo” e “Espiritismo e Política” discutem de maneira articulada as várias dimensões da vida social do ponto de vista espírita, fomentando o diálogo entre espiritismo e política.

Esse diálogo, propriamente falando, não é novo no meio espírita, mas a tendência no Brasil seguiu sempre no sentido de escamoteá-lo, segundo o argumento de que Kardec teria instruído os/as espíritas para que não se envolvessem em disputas político-partidárias em nome do espiritismo. Kardec não rejeitou completamente a ideia, uma vez que entendia que a concepção de partido nem sempre está relacionada com luta e divisão e, para ele, o espiritismo teria condições e capacidade de emitir pontos de vista quanto aos fatos que interferem na vida humana, sobretudo na vida pública.⁹ Mesmo que não faça parte do horizonte de discussões espíritas a criação de um partido político – e isso já foi uma realidade nos idos de 1930 (Miguel, 2009: 51-52) –, posicionar-se e agir neste mundo não deixa de ser um dever da fé espírita. A questão é como se posicionar e a partir de qual ponto de vista político.

Política e doutrina espírita já eram pensadas em suas relações desde o nascimento da doutrina. *Socialismo e espiritismo*, por exemplo, é o título de uma das obras, publicada na década de 1920, do espírita francês Léon Denis (1846-1927), tido como o sucessor de Allan Kardec. A correlação que propunha entre socialismo e espiritismo estava em plena sintonia com a história das ideias francesas oitocentistas. Quando o espiritismo aportou em solo brasileiro, na década de 1860, foi recebido pela colônia de imigrantes franceses no Rio de Janeiro, que

⁷ Franklin Felix é psicólogo, espírita, responsável pela fanpage no Facebook “Espiritismo e Direitos Humanos” e colunista da revista *Carta Capital*, na qual publica textos na coluna “Diálogos da Fé”.

⁸ FORA da justiça social não há salvação. *CartaCapital*, São Paulo, 23 jul. 2018. Diálogos da Fé. Disponível em: <https://bit.ly/2KRXPz>. Acesso em: 2 ago. 2019.

⁹ Discussões a esse respeito podem ser lidas na *Revista Espírita*, fundada em 1858 e dirigida durante mais de dez anos por Allan Kardec. Em sua edição de julho/agosto de 1868, por exemplo, foram publicados artigos que tratam de justiça social, desigualdade e política.

mesclavam às leituras de Kardec as leituras dos socialistas utópicos, como Saint-Simon e Charles Fourier. Socialismo, justiça social, progresso, igualdade e reencarnação se entrecruzavam nas reflexões francesas, embora fossem um tanto inusitadas para a sociedade brasileira da época (Arribas, 2010: 53-57).

A proposição de um socialismo cristão, por parte dos/as espíritas brasileiros/as, vai ser pensada apenas nas décadas de 1960 e 1970, quando emerge, em meio às fortes tensões sociais e políticas do regime ditatorial, um espiritismo crítico e politizado entre a juventude espírita. O “Movimento Universitário Espírita” articulava um conjunto de renovações teóricas e práticas, iniciando um processo de construção de sínteses em torno de religião e política, revelando o potencial de um espiritismo de esquerda, o que provocou fortes reações de oposição dos principais dirigentes espíritas à época, levando, assim, a sua extinção (Miguel, 2014).

Portanto, não vêm de agora as discussões entre espiritismo e política, mas o que podemos notar hoje é uma espécie de reconfiguração e adensamento dos debates, justamente por conta das injunções postas pelo atual cenário conservador, que traz em seu bojo temas como gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos. Falas como as de Damares Alves, atual ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sobre meninas vestirem rosa e meninos vestirem azul,¹⁰ que se espalharam nas redes sociais nos primeiros dias de governo Bolsonaro, longe de serem uma cortina de fumaça ou uma forma de distração, são temas centrais da agenda social, econômica e política, temas que estão em disputa entre a posição governamental – que se ancora no pressuposto da naturalidade da heteronormatividade – e o pensamento progressista, incluindo aí, principalmente, os movimentos negros, feministas e LGBTQI+.

Uma das iniciativas emblemáticas para compreender esse momento de reconfiguração dos debates políticos espíritas foi o I Encontro Nacional de Espíritas à Esquerda, realizado em outubro de 2019, em Salvador.¹¹ Com o título de “Espiritismo e Sociedade: Reflexões sobre Política e Conjuntura Brasileiras”, o encontro promoveu debates sobre desigualdade, mundo do trabalho, autoritarismo e violência. Organizado pelo grupo Espiritismo à Esquerda, o evento contou com a participação de sociólogos/as, economistas, psicólogos/as, filósofos/as, educadores/as e médicos/as – em sua maioria espíritas –, além de ex-integrantes dos governos petistas, entre os quais José Sérgio Gabrielli, economista e ex-presidente da Petrobras nos governos Lula e Dilma; Arthur Chioro dos Reis, médico e ex-ministro da saúde no governo Dilma; Carlos Gabas, contador

¹⁰ “MENINO veste azul e menina veste rosa”, diz ministra Damares Alves em vídeo. *G1*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3lx8TyF>. Acesso em: 27 nov. 2020.

¹¹ 1º ENCONTRO nacional de espíritas à esquerda. [S. l.], 12 set. 2019. Facebook: [espiritisaesquerda](https://www.facebook.com/espiritisaesquerda). Disponível em: <https://bit.ly/3qqx1QT>. Acesso em: 20 set. 2020.

e ex-ministro da Previdência nos governos Lula e Dilma; e Miguel Rossetto, sociólogo e ex-ministro do Trabalho no governo Dilma.

Mas, afinal, como o movimento espírita tem pensado e articulado as percepções e representações espíritas sobre gênero e sexualidade? E como essas questões são postas em termos de um espiritismo conservador e de um espiritismo progressista?

O sexo dos espíritos e para os/as espíritas

Tendo em vista a especificidade da religião espírita – cristã, racionalista e erudita –, que legitima a autoridade de seu referencial doutrinário, cosmológico e ritual por meio de práticas culturais letradas, que levam em consideração os avanços do pensamento científico e filosófico, o domínio da literatura aparece nesse sentido como elemento central nos processos de conversão, socialização e reprodução espírita (Lewgoy, 2000) – práticas, aliás, vinculadas a uma socialização prévia no mundo escolar e erudito da sociedade. Desse modo, toda uma cultura bibliográfica é acionada através de um conjunto de performances de estudo, leitura, citações, comentários e oratória, cujo domínio constitui a condição de participação efetiva na religião. O farto material bibliográfico e os inúmeros textos publicados na internet são, portanto, fenômenos constitutivos do espiritismo e meios privilegiados de acesso aos debates espíritas.

Pensando em termos típico-ideais, é constitutivo do *corpus* espírita pelo menos dois conjuntos de obras sobre as representações de gênero e sexualidade. De um lado, as que poderíamos dizer tradicionais ou consagradas, referências constantemente acionadas nos debates do passado e do presente, entre as quais se situam as obras mediúnicas *Sexo e destino* (1963), de Francisco Cândido Xavier e Waldo Vieira (pelo espírito André Luiz), e *Vida e sexo* (1970), de Francisco Cândido Xavier (pelo espírito Emmanuel). Publicadas entre as décadas de 1960 e 1970, num momento de efervescência dos debates sobre sexualidade humana e novos códigos de comportamento sexual, foram as primeiras que se dedicaram mais detidamente a elaborar o sexo – essa unidade artificial que agrupa elementos anatômicos, comportamentos e desejos – do ponto de vista espírita, o que inclui relacionar, entre outros fatores, mediunidade e sexo, reencarnação e sexo, livre-arbítrio e sexo, princípios éticos e sexo, relações de parentesco e sexo.

Por outro lado, há um conjunto de obras mais recentes, publicadas sobretudo a partir dos anos 2000 e assinadas tanto por intelectuais, preocupados/as em ler sob a ótica espírita as novas configurações e entendimentos sobre gênero e sexualidade, quanto por médiuns, principalmente os romances cujos/as protagonistas vivenciam relacionamentos homoafetivos. A título de exemplo, estão situadas no primeiro subconjunto as obras *Sexo e consciência* (2013), de Divaldo Pereira Franco; *Homossexualidade, reencarnação e vida mental* (2014), de Walter

Barcelos; *Sexo e sexualidade: visão espírita* (2015), de Regis Moreira; *Além do rosa e do azul: recortes terapêuticos sobre a homossexualidade* (2012), de Gibson Bastos; *Transexualidade sob a ótica do espírito imortal* (2015) e *Homossexualidade sob a ótica do espírito imortal* (2012), ambos de Andrei Moreira. Nessa última obra, de certo modo exemplar de como têm sido interpretadas e articuladas essas temáticas, e não por acaso escrita por um médico – formação profissional que tende a propiciar no meio espírita o reconhecimento da obra e do autor –, encontramos reflexões sobre diversidade sexual, identidade de gênero, reencarnação e conhecimento científico, trazendo o ponto de vista e as contribuições da psicologia, da psiquiatria, da psicanálise e das ciências biológicas, e apresentando pesquisas e análises hormonais, genéticas, anatômicas e cognitivas.

No segundo subconjunto mais recente da literatura, localizam-se, entre outras, as obras mediúnicas *Sexo e obsessão* (2003), de Divaldo Pereira Franco (pelo espírito Manoel Philomeno de Miranda), e *Mediunidade e sexualidade* (2012), de Carlos Baccelli (pelo espírito Odilon Fernandes); e os romances mediúnicos *Faz parte do meu show* (2010), de Robson Pinheiro (pelo espírito Ângelo Inácio); *Um amor diferente* (2012), de João Alberto Teodoro (pelo espírito Leonel); *O preço de ser diferente* (2004) e *De frente com a verdade* (2010), de Mônica de Castro (pelo espírito Leonel); *O bem e o mal* (2003), de Wanda Canutti (pelo espírito Eça de Queirós); *Mais forte do que nunca* (2011), de Eliana Machado Coelho (pelo espírito Schellinda); *Uma outra história de amor* (2011), de Flávio Lopes (pelo espírito Emanuel); e *A última chance* (2008), de Marcelo Cezar (pelo espírito Marco Aurélio). Importante frisar que essas são apenas algumas das obras que compõem um *corpus* certamente mais amplo, ao qual se juntam, incorporando as discussões, produções audiovisuais e publicações virtuais.

Mesmo contando com certa diversidade de estilos, narrativas e tipos de autoridade presentes no meio espírita, o corpo teórico-doutrinário elaborado por Allan Kardec é constantemente acionado por todos os grupos ou correntes, embora seja diversamente interpretado. Começemos por ele.

Quando Kardec estava “codificando” a doutrina espírita, o movimento feminista vivia o que se convencionou chamar de “primeira onda”, momento que se consolidou em torno da luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, principalmente o direito à educação e o direito político de votar e ser votada. No *Livro dos espíritos*, de 1857 – um dos cinco livros da “codificação espírita”, organizado na forma de perguntas feitas por Kardec e respondidas pelos espíritos – aparece explicitamente a proposta do sufrágio universal. Assim perguntava Kardec: “Uma legislação, para ser perfeitamente justa, deve consagrar a igualdade dos direitos do homem e da mulher?” Respondem os espíritos:

Dos direitos, sim; das funções, não. Preciso é que cada um esteja no lugar que lhe compete. Ocupe-se do exterior o homem e do interior a mulher,

cada um de acordo com a sua aptidão. A lei humana, para ser equitativa, deve consagrar a igualdade dos direitos do homem e da mulher (...). Os sexos, além disso, só existem na organização física. Visto que os Espíritos podem encarnar num e noutro, sob esse aspecto nenhuma diferença há entre eles. Devem, por conseguinte, gozar dos mesmos direitos. (Kardec, 2001: 275)

Se em relação aos direitos políticos o espiritismo vem desde suas origens pregando a igualdade, em consonância com o pensamento liberal burguês de Kardec (Aubr e; Laplantine, 1990), no que toca aos pap eis ou fun oes socialmente associadas à mulher e ao homem o arranjo é bem distinto. Mesmo partindo da premissa de que os espíritos não t em sexo, porque, segundo a teoria reencarnacionista, os espíritos encarnam em corpos biologicamente diferentes a depender dos aprendizados e das provas por que precisam passar (Kardec, 2001: 112), estar “no lugar que compete” significava, em outras palavras, que o espaço público deve ser habitado por homens e o espaço privado reservado às mulheres. Isso é colocado por meio do recurso, frequente no espiritismo, ao discurso biologicista, que entende existir uma conexão direta entre elementos anatômicos, comportamentos, sensa oes e prazeres, e que olha para a “fragilidade física” do corpo feminino como causa “natural” que direciona as mulheres aos “trabalhos leves” – leiam-se os trabalhos domésticos e o cuidado dos/as filhos/as e da família –, ao passo que ao homem, “por ser o mais forte”, estão destinados os “trabalhos rudes” (Kardec, 2001: 274).

Feminilidade e masculinidade são vistos como polaridades energéticas que se complementam e que coexistem dentro de um mesmo espírito (Franco, 2015), e as passagens pelos diferentes corpos, que para os/as espíritas constituem a psique do espírito encarnado, são entendidas como experiências necessárias para o desenvolvimento espiritual. Para alguns/mas espíritas de tendência conservadora, mas não são, a vivência em corpos com p nis ou com vagina implica, segundo um olhar das ciências médicas e biológicas, a aquisi o de características psíquicas masculinas ou femininas “que determinam a conduta, a emo o, o afeto, os desejos” (Barcelos, 2005: 43), já que

Encarnado em CORPO DE HOMEM, o espírito (...) desenvolveu mais que as mulheres as potencialidades psíquicas: inteligência, ciência, filosofia, política, fortaleza, comando, domina o, intrepidez, astúcia, perspicácia. Encarnado em CORPO DE MULHER, o espírito (...) desenvolveu mais do que o homem as potencialidades psíquicas: sensibilidade, delicadeza, afeto, prote o, dedica o, devotamento, carinho, humildade, renúncia, amor. (Barcelos, 2005: 46)

Essas mesmas representações vão incidir na divisão sexual do trabalho espírita nos centros, espaços privilegiados da produção e reprodução do *éthos* espírita. Trabalhos intelectuais, cargos administrativos e cargos de direção, sobretudo de instituições federativas, tendem a ser exercidos em sua maioria por homens, enquanto a evangelização de crianças e jovens, os trabalhos nas cantinas, livrarias, secretaria, limpeza e acolhimento têm uma presença feminina marcante.

No entanto, as mudanças reconhecidamente significativas nas relações de gênero em setores antes eminentemente masculinos – mercado profissional, escolarização e participação política – vêm demandando ressignificações dessa visão que se justificam pelo princípio segundo o qual fé raciocinada é aquela que “pode encarar frente a frente a razão, em todas as épocas da Humanidade” (Kardec, 2006: 246). Nesse sentido é que se acionam, de maneiras distintas, os discursos científicos, sobretudo das ciências humanas e sociais, que vão enfatizar a construção dos gêneros como produto de uma educação.

As representações espíritas de gênero também orquestram uma leitura específica sobre família, lugar sancionado de encontro e de divisão dos sexos, que inclui um conjunto de regras que governam a sexualidade. Se a produção espírita contemporânea – sobretudo por parte dos/as espíritas progressistas – vem relativizando a ideia de família, criando espaços para se pensar arranjos familiares com base em relacionamentos homoafetivos, por exemplo, isso se dá justamente em diálogo com a concepção tradicional e historicamente aceita: casal heterossexual, monogâmico, responsável pelo cuidado dos/as filhos/as.

Por sinal, a monogamia, seja nas relações heterossexuais ou homossexuais, aparece no discurso espírita, do passado e do presente, nos termos de um evolucionismo social que identifica a poligamia como ponto de partida e a monogamia como ponto de chegada (Kardec, 2001: 243; Xavier, 2001: 26; Moreira, 2016: 210). Tratada como “governo e administração no campo sexual” (Xavier, 2008: 86), a monogamia é um regime da sexualidade e do desejo ao qual se vincula um conjunto mais amplo de normas espíritas sobre o sexo.

Entre essas normas, a relação sexual é entendida como um instante de transmissão de energias “das mais profundas, semelhante a uma aplicação de passe” (Franco, 2015: 15); energias sexuais criativas e potentes, porque portadoras do poder criador da vida, um poder sagrado, e por isso mesmo devem ser submetidas a uma regulamentação. O prazer sexual não é censurado entre os/as espíritas, tampouco a prática sexual se limita à reprodução. O que se condena, mais explicitamente falando, é o sexo casual, ou o sexo pelo sexo, ponto de encontro do conflito inevitável e irredutível que se instala entre sexo e religião.

Mesmo entre grupos mais jovens de espíritas, essa é uma posição marcante. É ilustrativo, nesse sentido, o canal no YouTube intitulado “Meninas Espíritas”. Protagonizado pela jovem espírita Carol Oliveira, o canal, que tem mais de

30 mil seguidores/as, publica vídeos com temas correntes da vida juvenil, entre os quais drogas, sexo, depressão, casamento, tatuagem, bullying, homofobia, homossexualidade, feminismo, inclusão e diversidade. No tocante à questão tratada aqui, ressalto o vídeo intitulado “Sexo e espiritismo: sexo casual pode?”, em que aparece em sua descrição a seguinte chamada: “A gente trouxe nesse vídeo, *boys and girls*, um olhar espírita pra esse tema meio tabuuuu: SEXO!”.¹² Com uma linguagem descontraída, a youtuber apresenta explicações médico-científicas, colocando questões sobre como as substâncias físicas são produzidas e lançadas pelo corpo, e como os estímulos físicos e cerebrais se conectam com o prazer e o orgasmo, apontando que 50% dos estímulos para se chegar ao orgasmo são “puramente orgânicos, físicos”; os outros 50% são “estímulos emocionais, ou seja, sentimento”, ligados à parte espiritual. Se o sexo é realizado apenas pelos estímulos físicos, sem envolver sentimentos, ele é realizado parcialmente, o que a faz concluir que “sexo sem amor, sem sentimento, não só não dá prazer [total], como também faz mal para a saúde”. E para além dos problemas de saúde física, também há problemas em relação à saúde espiritual. No vídeo “Sexo sem compromisso pela visão espírita, pode?”, Ana Ariel, outra jovem espírita, compara situações de dois casais em um mesmo motel. Um dos casais faz sexo com amor – e espiritualmente está rodeado de boas energias –; o outro faz sexo casual, o que atrai “espíritos vampirizadores”, que “sugam a energia vital do ectoplasma do orgasmo naquele momento”.¹³

Em síntese, aparecem no discurso espírita três maneiras de se empregar a energia sexual: por instinto, por sensação e por sentimento, ordem que estabelece a visão de um processo evolutivo, típico do pensamento reencarnacionista espírita (Xavier, 2001: 101). O sexo espiritamente aceito se assenta então sobre três princípios: afetividade, discernimento e responsabilidade – bases da sexualidade saudável.

Tudo isso porque a energia sexual não se restringe apenas à criação de corpos; ela é também uma força capaz de produzir obras beneméritas e artísticas. Pois se o sexo com afeto e o prazer com discernimento são vistos positivamente, a capacidade de canalizar as energias sexuais pode significar uma qualidade ainda mais desejável de pureza e elevação moral, num discurso que, no limite, compreende o sexo como potencialmente carregado de mácula. Não por acaso, a castidade e o celibato aparecem nas entrelinhas como signos de elevação espiritual (Kardec, 2001: 242).

¹² SEXO E ESPIRITISMO: sexo casual pode? [S. l.: s. n.], 21 ago. 2018, 1 vídeo (8 min.). Publicado pelo canal Meninas Espíritas. Disponível em: [https://bit.ly/2\]AoVKU](https://bit.ly/2]AoVKU). Acesso em: 11 set. 2019.

¹³ SEXO SEM COMPROMISSO pela visão espírita, pode? [S. l.: s. n.], 5 set. 2016, 1 vídeo (4 min.). Publicado pelo canal Ana Ariel. Disponível em: <https://bit.ly/3mwOFqf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

A propósito, quando abordei em outros trabalhos sobre como funciona e quais são alguns dos fundamentos da autoridade espírita (Arribas, 2014, 2017a), na ocasião não havia me atinado para a sexualidade como um princípio importante de aprovação de obras e autores/as, para além da posição social e institucional e dos diversos tipos de capitais em jogo. Segundo esse raciocínio, Chico Xavier e Divaldo Franco – duas grandes autoridades mediúnicas – têm, entre outras variáveis igualmente relevantes, sua legitimidade fundamentada na escolha de vida que fizeram pelo celibato, ou ao menos por aparecerem como sujeitos que canalizam suas energias sexuais na forma de obras mediúnicas e assistenciais. A ausência de vida sexual ativa lhes confere maior aceitação na medida em que o “bom” uso da energia sexual pode operar como elemento de reconhecimento das qualidades morais e espirituais dos sujeitos. Divaldo, em palestra sobre sublimação sexual, fala claramente sobre suas escolhas: “eu sou solteiro, sem nenhum conflito, porque disciplinei a mente desde cedo”.¹⁴

Controlar as energias sexuais é controlar, portanto, uma força capaz de gerar corpos, mas também obras beneméritas, artísticas e mediúnicas, razão pela qual os fenômenos mediúnicos se inserem na ordem da sexualidade, tanto assim que, quando se fala em vida sexual desregrada, do ponto de vista espírita, a entende-se como resultado de processos obsessivos, em que espíritos “menos evoluídos” importunam espíritos encarnados. “Em face disso, aqueles que pretendem exercer de forma saudável a sua faculdade mediúnica devem cultivar a educação sexual e afetiva” (Franco, 2015: 16). Aliás, é importante assinalar que as decorrências do “desgoverno” das energias sexuais são uma das possíveis explicações espíritas sobre as causas da homossexualidade.

A questão das sexualidades humanas – colocada na segunda onda do movimento feminista e tributária dos debates desenvolvidos ao longo do século XX, em que Michel Foucault é referência inegável –, e mais especificamente a homossexualidade, aparece na obra de Kardec em uma breve referência às supostas “anomalias” que permanecem no espírito.¹⁵ O tema, entretanto, passou a ter espaço principalmente com as obras de Francisco Cândido Xavier, nas décadas de 1960 e 1970, momento de contestação dos códigos tradicionais de comportamento relativos à sexualidade humana e aos relacionamentos interpessoais – afinal, era preciso responder espiritamente às novas demandas –, e recebeu novos contornos a partir dos anos 2000 – com o desenvolvimento da terceira onda feminista, marcada pela interpretação pós-estruturalista do gênero e da sexualidade, notadamente a teoria *queer* –, trazendo à luz da doutrina reflexões inéditas

¹⁴ DIVALDO Franco - Sublimação Sexual. [S. l.: s. n.], 1 mar. 2008, 1 vídeo (6 min.). Publicado pelo canal Espiritualidade. Disponível em: <https://bit.ly/36p44TT>. Acesso em: 15 set. 2018.

¹⁵ “Mudando de sexo, sob essa impressão e em sua nova encarnação, poderá [o espírito] conservar os gostos, as inclinações e o caráter inerentes ao sexo que acaba de deixar. Assim se explicam certas anomalias aparentes que se notam no caráter de certos homens e de certas mulheres” (Kardec, 2009: 17).

a respeito, por exemplo, da transexualidade¹⁶ e da discussão que dissocia sexo biológico, identidade de gênero e orientação do desejo.

Não há consenso, mas há tendências no espiritismo quando se fala em sexualidade, e a homossexualidade nos serve aqui de *termômetro* para pensar as tensões dos dispositivos espíritas. Afinal, não se dispensam as mesmas energias para explicar as causas da heterossexualidade, compreendida, ao fim e ao cabo, como natural e a-histórica, tanto quanto se dispensam para explicar as causas da homossexualidade e da bissexualidade, que, ao lado das representações de gênero, estão na linha de frente das disputas entre conservadores e progressistas.

A experiência da homossexualidade oscila dentro de um gradiente de valores espíritas. Por vezes, ela é vista como uma vivência necessária para a evolução do espírito, assim como quaisquer outras experiências ao longo das várias encarnações. Outras vezes, trata-se de certo descompasso do espírito que, depois de várias vidas encarnado em corpos com pênis ou vagina, renasce em outro corpo, mas mantém a orientação do desejo das experiências pregressas – note-se: orientação predominantemente heterossexual. A homossexualidade também pode ser decorrência de traumas infanto-juvenis¹⁷ ou sinônimo de distúrbio espiritual, fruto do uso “desequilibrado” das energias sexuais, quando então ela aparece como “prova”, “resgate” ou “expição” (Guimarães, 2018: 57). Assim compreendida, a homossexualidade aparece revestida de um caráter patológico, expressando espécie de desvio, embora intelectuais, médiuns e lideranças espíritas explicitem sua preocupação em despatologizá-la, em consonância com o discurso médico,¹⁸ frequentemente acionado, mas também em sintonia com as reflexões promovidas pelas ciências humanas e sociais, que assentam suas análises sobre sexualidade enquanto artefato cultural, rejeitando o determinismo biológico. E por vezes, de modo sutil, em especial em alguns romances mediúnicos, sugere-se que as relações homoafetivas se mantenham silenciadas e na invisibilidade da vida privada, ainda que não sejam tratadas como patologias. As “provas” a pagar vêm justamente do fato de a sociedade desqualificar a homossexualidade, sujeitando-a à

¹⁶ Embora seja um tema controverso e carregado de tabus entre os/as espíritas, a transexualidade vem recebendo mais atenção, como é o caso do livro do médico espírita Andrei Moreira *Transexualidade sob a ótica do espírito imortal*, que buscou abordar a temática com “seriedade científica, além de apresentar uma visão espírita inclusiva que, compreendida, iria questionar o modelo teórico predominante de interpretação espírita da homoafetividade, propondo reflexões novas”. CAMPOS, Giovana. Um olhar espírita sobre transexualidade. *Folha Espírita*, São Paulo, set. 2017. p. 4. Disponível em: <https://bit.ly/3qhjdyD>. Acesso em: 21 out. 2018.

¹⁷ *Um amor diferente*, romance mediúnico de João Alberto Teodoro, conta a história de Flávio e Guilherme, um casal homossexual. Ambos, na infância, foram abusados sexualmente, o que teria sido fator decisivo, dentro da narrativa, para o florescimento da homossexualidade.

¹⁸ As posições espíritas, que abraçam explicitamente as mudanças ocorridas no âmbito médico e da psicologia, estão de acordo com as posturas da Associação Americana de Psiquiatria, da Associação Americana de Psicologia, do Conselho Federal de Psicologia e da Organização Mundial da Saúde que, em 1973, 1975, 1985 e 1990, respectivamente, desvinculam a orientação homossexual da ideia de enfermidade.

heterossexualidade por meio de uma relação desigual de poder. “Guardar-se no armário”, para usar uma expressão corrente, significa cumprir uma expiação ou um resgate necessário – por conta de faltas em vidas anteriores – para a sua evolução espiritual, sofrendo passiva e pacientemente os preconceitos sociais.

Quem são e o que dizem os/as espíritas progressistas

É precisamente este conjunto de discussões sobre política, gênero e sexualidade que tem orientado os posicionamentos dos/as espíritas progressistas, que se põem a dialogar não somente com as ciências da natureza – diálogo historicamente travado pelos/as espíritas –, mas agora também com as ciências humanas e sociais. Um bom exemplo para se pensar as novas configurações dos debates espíritas vem do Fórum de Pesquisa Filosófica e Social sobre o Espiritismo, realizado na Universidade Federal de Goiás em junho de 2019, organizado pela Associação Espírita de Pesquisas em Ciências Sociais e Humanas (Aephus) e pela Associação Brasileira Espírita de Direitos Humanos e Cultura de Paz (Abrepaz), cujo presidente, Fábio Santos, ao responder à reportagem realizada por Franklin Félix para a *Carta Capital*, intitulada “Espiritismo, direitos humanos e disputa de narrativas”, ressalta

Nestes tempos em que a academia, as pesquisas, os professores e a educação são tão atacados pelo ultraconservadorismo, onde a filosofia e a sociologia são menosprezadas e as universidades federais enfraquecidas pela política do governo atual que flerta com o fundamentalismo, este evento ganha ainda maior gravidade (...). Traz ainda a oportunidade de, pela pesquisa social e filosófica, evitar a dogmatização do pensamento espírita, dessacralizar certas falas ou discursos de “representantes” do Espiritismo, submetendo-os à luz da razão conforme preconiza Kardec: que o Espiritismo seja uma fé raciocinada.¹⁹

O fórum, que para Franklin “se estabeleceu como uma oportunidade de reunir os espíritas progressistas, aqueles/as que compreendem a necessidade da transformação social (...), de promover a inclusão e a justiça social, a liberdade, o respeito, a fraternidade, a igualdade e a diversidade”, contou com apresentação de trabalhos de pesquisadores/as e professores/as (em boa parte, mestres e doutores/as)²⁰ e três mesas-redondas cujos temas foram “Violência: causas, pre-

¹⁹ FÉLIX, Franklin. Espiritismo, direitos humanos e disputa de narrativas. *CartaCapital*, São Paulo, 1 jul. 2019. Diálogos de Fé. Disponível em: <https://bit.ly/39vZaXh>. Acesso em: 15 ago. 2029.

²⁰ Reuniram-se vários trabalhos de pesquisa e relatos de experiências com os títulos: “O Espiritismo e as transformações sociais: além da caridade, há salvação!”, “Direitos humanos para quem?”, “A sociologia da mentalidade espírita: ensaio sobre uma ampliação espírita do conceito de sociedade”, “As inversões morais

venção e políticas públicas”; “Espiritismo e temáticas contemporâneas: sexualidade e gênero, movimento negro e esperanto”; e “Espiritismo e educação para os direitos humanos”. Esta última mesa teve a participação de Dora Incontri, filósofa, educadora, escritora espírita e coordenadora da Associação Brasileira de Pedagogia Espírita (ABPE). Dora é uma das idealizadoras e signatárias do “Manifesto por um Espiritismo Kardecista Livre”, que recebeu o apoio de entidades como o Movimento de Espíritas pelos Direitos Humanos, *Jornal Crítica Espírita* e Coletivo de Estudos Espiritismo e Justiça Social (Cejus). Entre os dez pontos do documento, dois deles em particular chamam a atenção para os propósitos do presente texto.

(5) Entendemos que a ética espírita – que é a do amor universal, inspirada na ética de Jesus – deve orientar nossas ações individuais e coletivas, em prol da transformação social; portanto, devemos marcar posição contra a violência de qualquer espécie, trabalhando pela dignidade humana, pela justiça e combatendo o abuso e a sujeição de pessoas, de qualquer idade ou condição.²¹

Os/as espíritas progressistas, por meio da compreensão de que a transformação social implica uma ação individual e coletiva que tem em seu bojo a valorização da dignidade humana e a eliminação das várias violências e discriminações – racial, de gênero, de sexualidade, etária, de classe, de religião etc. –, aliam esse conjunto de princípios baseados nos direitos humanos com a ética espírita cristã, essa mesma ética que está em disputa no espiritismo contemporâneo. Nessa disputa também são colocadas explicitamente em questão as autoridades mediúnicas, intelectuais e institucionais.

(6) Consideramos que as manifestações de médiuns, lideranças e dirigentes espíritas são livres e podem e devem ser analisadas e discutidas de forma respeitosa e racional. O exercício da mediunidade e os postos de liderança não conferem autoridade incontestável em nenhum assunto.

Não por acaso, personagens como Divaldo Pereira Franco e Haroldo Dutra Dias, juiz de direito, autor e conferencista espírita e tradutor do Novo Testamento – empreitada financiada pela Federação Espírita Brasileira (FEB), cujo objetivo é justamente enfatizar a identidade cristã do espiritismo (Ricardo

e o mal banalizado no movimento espírita brasileiro”; “Espiritismo e materialismo: um breve estudo filosófico”; “Princípios de justiça social: um estudo comparativo entre Rawls e Kardec”.

²¹ MANIFESTO POR UM ESPIRITISMO kardecista livre. *CartaCapital*, 11 fev. 2019. Diálogos da Fé. Disponível em: <https://bit.ly/3lzzsUg>. Acesso em: 15 fev. 2019.

de Souza; Arribas; Simões, 2017) –, vão ser alvos de críticas dos/as progressistas, que organizaram um abaixo-assinado tornando pública a sua desaprovação a diversas opiniões que ambos expuseram no 34º Congresso Estadual Espírita de Goiás, mencionado anteriormente. Entre as falas que os/as espíritas progressistas declaram não os/as representar e não representar o espiritismo, está:

Há uma fala extremamente problemática que se refere à chamada “ideologia de gênero”. Não existe “ideologia de gênero” – este é um termo criado por setores fundamentalistas da Igreja Católica e depois adotado pelas Igrejas Evangélicas. Existe sim uma área de pesquisa no mundo que se chama “Estudos de Gênero” – que teve influência de Michel Foucault, Simone de Beauvoir e Judith Butler. Os “Estudos de Gênero” se dedicam a procurar entender como se constitui a feminilidade e a masculinidade do ponto de vista social, se debruçam sobre questões de orientação sexual, hétero, homo, transexualidade – ou seja, todos fenômenos humanos, que estão diariamente diante de nossos olhos. Podemos concordar com algumas dessas conclusões, discordar de outras, deixar em suspenso outras tantas. Esse olhar é muito recente na história e ainda estamos apalpando questões profundas e complexas – e em nosso ponto de vista espírita, não é possível ter plena compreensão delas sem a chave da reencarnação. (...) Então, nós espíritas, não temos ainda melhores respostas que os outros e não podemos, por cautela, seguir a cartilha dos setores conservadores mais radicais de generalizar esses estudos sob o termo, usado aqui pejorativamente, de ideologia, para desqualificá-los como “imoralidade ímpar”.²²

E representar o espiritismo, para os/as progressistas, é, entre outras formas de ação no mundo,

Defender os direitos dos mais fragilizados socialmente, no caso, as mulheres, as crianças, os membros da comunidade LGBT+, que são objeto dessas discussões dos estudos de gênero, justamente por estarem vulneráveis a todo tipo de violência e desrespeito em nossa sociedade, além dos negros e negras, as juventudes periféricas e as pessoas com deficiência.²³

²² DA PAZ, Arthur. Divaldo Franco defende Sérgio Moro e critica política de submissão social. *Diário da Manhã*, Goiânia, 16 fev. 2018. Política & Justiça. Disponível em: <https://www.dm.com.br/politica/2018/02/divaldo-franco-defende-sergio-moro-e-critica-politica-de-submissao-social/>. Acesso em: 13 set. 2019.

²³ NASSIF, Lourdes. Espíritas progressistas respondem à entrevista coletiva de Divaldo Franco e Haroldo Dutra. *O Anápolis*, 20 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36set1l>. Acesso em: 26 nov. 2020.

Como é sabido, não há no espiritismo autoridades institucionais máximas, embora existam instituições que buscam organizar e padronizar o espiritismo nacionalmente. Trata-se de instituições que detêm reconhecimento por parte de muitos/as espíritas, como a FEB, que historicamente atua no sentido de centralizar e unificar o movimento espírita (Arribas, 2010; Damazio, 1994; Giumbelli, 1997), e instituições de grande porte, federativas ou não, como é o caso da Fundação Espírita André Luiz (FEAL), que mantém, entre outras atividades, o Portal do Espírito, a TV Mundo Maior e a Rádio Boa Nova, meios de comunicação com grande alcance de propagação e de aprovação entre os/as adeptos/as.²⁴ Portanto, não há no espiritismo expulsão oficial, excomunhão, perda de direitos litúrgicos ou afastamento das atividades religiosas. No entanto, enquanto instituições religiosas de direito privado, os centros possuem diretorias que têm como uma de suas prerrogativas a expulsão de seus quadros. E foi justamente o que aconteceu com Franklin Félix, Yve de Oliveira e Thiago Rosa, que apresentavam voluntariamente o programa semanal “Mutirão” na Rádio Boa Nova, no qual discutiam temas especificamente ligados aos direitos humanos segundo a ótica espírita-cristã. Franklin Félix, em seu artigo “A expulsão da rádio espírita não nos silenciará”, publicado em sua coluna na *Carta Capital*, expõe que foram “expulsos e excluídos da programação, por telefone, em decorrência de nossos posicionamentos públicos e cristãos contra a violência, contra o ódio, contra o medo e contra a violação dos direitos humanos”. Em outras palavras, porque apoiavam o #EleNão, movimento popular de grande repercussão nacional em repúdio ao então candidato à presidência em 2018, Jair Bolsonaro, “movimento suprapartidário, inter-religioso e antifascista, pois se fere a nossa existência – e a dos nossos irmãos –, seremos resistência”, nas palavras de Franklin, espírita assumidamente homossexual. E é por isso que Franklin enfatiza que a expulsão foi também um ato homofóbico, porque “nós, LGBT+, desde muito cedo trazemos a marca de algumas rejeições e uma atitude como essa chega a ser mais cruel ainda, pois nos faz reviver todas as expulsões, violências físicas e simbólicas, sensação de não-ajuste, de inadaptabilidade que fomos vítimas”.²⁵

Esse episódio em particular nos remete diretamente às águas políticas falsamente pacíficas nas quais se pensava mergulhado o movimento espírita brasileiro. O discurso apaziguador e fraternal que paira sobre as casas espíritas, embora apareça como uma estratégia para minimizar conflitos de toda ordem, sobretudo conflitos políticos, acaba operando como uma forma de evitar ou

²⁴ Segundo o site da Fundação Espírita André Luiz (FEAL), a instituição mantém 24 horas de programação, 180 horas de programas ao vivo, 240 horas mensais de programas inéditos e 800 programas em sua grade de transmissão. AQUI nós divulgamos o espiritismo. *Fundação Espírita André Luiz*, Guarulhos, 2019. Disponível em: <https://feal.com.br/apoie/#sobrenos>. Acesso em: 16 set. 2019.

²⁵ A EXPULSÃO da rádio espírita não nos silenciará. *CartaCapital*, São Paulo, 15 out. 2018. Diálogos da Fé. Disponível em: <https://bit.ly/3fY5bwR>. Acesso em: 13 set. 2019.

invisibilizar apenas algumas das posições políticas que emergem ou estão presentes no movimento espírita, tanto mais porque é comum que qualquer dissidência seja taxada de “assédio espiritual” e “obsessão”, num gesto político e intimidatório. Ainda que se trate de um único caso aqui narrado, ele não deixa de ser simbólico, na medida em que coloca em evidência sobre o que se assentam as disputas políticas espíritas da ordem do dia. A expulsão dos apresentadores do programa, personagens que assumem explicitamente a sua homossexualidade e suas posições políticas à esquerda, é sintomática do novo arranjo das disputas. Em sua defesa e dos demais apresentadores, Franklin Félix apresenta o pano de fundo que levou ao fim do programa, descortinando, a seu modo, os interesses em jogo:

Desde o golpe jurídico-parlamentar-midiático-religioso que retirou a presidenta Dilma Rousseff e que, paralelamente, culminou com a troca de diretoria da FEAL, a nossa permanência na rádio era vista como incerta. Inúmeros foram os “recados fraternos” solicitando que não falássemos de política. Essa regra só servia, porém, para nós. Outros comunicadores e programas defendiam abertamente posições conservadoras e retrógradas, como a ruptura democrática, a volta dos militares ao poder, a execração pública do PT e dos partidos de esquerda, a criminalização dos movimentos sociais e a propaganda ao candidato-militar representante do ódio, a antítese do pensamento cristão.²⁶

É importante ressaltar que os desdobramentos do golpe de 2016 e, principalmente, as discussões geradas na época da campanha presidencial de 2018 foram fatores decisivos que condicionaram a articulação e a explicitação do posicionamento político dos/as espíritas, tanto pelo viés conservador quanto pelo viés progressista. As posições espíritas contemporâneas mobilizam, pois, temas que vêm sendo debatidos com grande frequência na esfera pública e que são transfigurados dentro do movimento espírita por meio de personagens que, como quaisquer outros agentes sociais, transitam pelos vários campos sociais. Esse processo de refração, mais do que reflexo, promove uma leitura do social por meio das lentes espíritas, ao mesmo tempo em que promove uma leitura da doutrina espírita por meio das lentes das experiências e vivências sociais.

Nessas leituras e releituras, se o diálogo com a ciência sempre foi constitutivo do espiritismo – sobretudo com as ciências exatas e biológicas, mobilizadas para explicar, entre outros fenômenos, a mediunidade, os fluidos/energia, os passes e os distúrbios psíquicos –, a novidade tem sido o diálogo mais aberto e

²⁶ A EXPULSÃO da rádio espírita não nos silenciará. *CartaCapital*, São Paulo, 15 out. 2018. Diálogos da Fé. Disponível em: <https://bit.ly/3fY5bwR>. Acesso em: 13 set. 2019.

específico com as ciências humanas e sociais, não por acaso áreas do conhecimento que se propõem a refletir sobre questões culturais, econômicas, sociais, institucionais e políticas, questões que têm dividido os/as espíritas entre progressistas e conservadores. Esse diálogo vem sendo fomentado justamente pelos espíritas progressistas, que em sua maioria têm formação profissional em áreas das ciências humanas e sociais, o que lhes fornece uma grade de leitura para as (re)elaborações do discurso religioso. Se, em grande medida, o movimento espírita – progressistas e conservadores –, entende as divisões sociais e econômicas, e mesmo os processos de racialização, como fenômenos social e historicamente constituídos, embora muitos/as os vejam também pelas lentes do carma –, gênero e sexualidade, tradicionalmente considerados objetos naturais no pensamento espírita, vêm recebendo novas leituras, tributárias principalmente dos estudos de gênero, no sentido de transformá-los em artefatos culturais. Essa é a abertura que se coloca no movimento para refletir, entre outras questões, sobre os papéis de gênero, a homossexualidade e os diretos sexuais e reprodutivos. A descriminalização do aborto, nesse sentido, pode ser compreendida como outro termômetro para a compreensão das tensões entre os pontos de vistas espíritas.

Por muito tempo, a criminalização do aborto parecia um tema consensual no movimento, apoiada por instituições espíritas de grande reconhecimento, como a FEB,²⁷ que há quase três décadas vem promovendo a Campanha em Defesa da Vida e da Família,²⁸ e a FEAL.²⁹ Com base em estudos científicos que comprovam o início da vida humana desde o momento da concepção, aliados a um conjunto de crenças espíritas que compreendem a reencarnação como oportunidade divina para o progresso espiritual, interromper a emergência de uma nova existência/encarnação do espírito é o mesmo que cometer uma grave infração contra as leis divinas, devendo-se manter, como medida de contenção, para a grande maioria dos/as espíritas, como um crime pela legislação humana. De modo geral, a criminalização é uma visão compartilhada entre as religiões cristãs – espírita, católica e evangélica –, que se aliam em movimentos como Pró-Vida e Brasil Sem Aborto – movimento criado em 2006 pelo espírita Jaime Ferreira Lopes, assessor do deputado espírita Luiz Bassuma (Avante). A propósito, a articulação no Congresso Nacional da primeira Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto foi encabeçada justamente por Luiz Bassuma, em 2005. Participaram do evento Nestor João Masotti, então presidente da FEB,

²⁷ Federação Espírita Brasileira. *Respeitemos a vida: aborto, não!* Brasília, DF: FEB, [201-]. Disponível em: <https://bit.ly/36uhuya>. Acesso em: 20 set. 2019.

²⁸ A Campanha teve início em 1993 e já produziu cinco opúsculos editados e distribuídos pela FEB. OPÚSCULOS – Campanhas. *Federação Espírita Brasileira*, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3ms5CC8>. Acesso em: 10 set. 2019.

²⁹ GASPARG, Ana. *Aborto. Centro Espírita Nosso Lar*, São Paulo, [20--?]. Disponível em: <https://bit.ly/33z30ex>. Acesso em: 17 nov. 2020.

e Divaldo Pereira Franco, que ressaltaram a “importância daquele momento para a defesa da vida no país e o papel importante de uma articulação política no Congresso Nacional contra a legalização do aborto”.³⁰

Esse tem sido um ponto candente entre as visões espíritas conservadoras e mesmo entre os/as próprios/as progressistas. No entanto, num movimento relativamente recente, tem sido cada vez mais frequente a reavaliação da questão. Dora Incontri, sem abrir mão de suas convicções espíritas, lança contra-argumentos que trazem um olhar crítico sobre a criminalização do aborto, mobilizando toda uma estrutura social ancorada em um sistema sexo-gênero para elaborar sua compreensão sobre o tema:

Em primeiro lugar, devo declarar (...) que considero o aborto algo muito negativo, traumático, para a própria mulher, para o ser que está em seu ventre e para a sociedade. Ninguém aborta por esporte (...). Do ponto de vista espírita, sabemos que há ali um ser reencarnante, que sente a expulsão à força daquele local aconchegante e supostamente protegido, que deveria ser o ventre de uma mãe. (...) Podemos considerar o aborto um trauma psíquico para a mãe e para o espírito reencarnante, mas não precisamos com isso criminalizar a mãe e encarcerá-la. Isso é desumano, desnecessário e ineficiente para coibir o aborto. Sobretudo porque sim, nesse caso, temos uma visão machista, como se uma mulher pudesse ter um filho sozinha. Os homens também são responsáveis pelo ser que geraram – embora muitas e muitas vezes não assumam. E depois querem fazer leis que criminalizam a mulher, que foi deixada sozinha com a decisão de ter ou não esse filho.³¹

A questão que está posta, portanto, não é ser contra o aborto, e sim criminalizá-lo, sobretudo em uma sociedade sexista em que as mulheres são vistas como as responsáveis pelo trabalho reprodutivo – incluindo aí os cuidados das crianças, idosos/as, doentes, deficientes e todo o trabalho doméstico. Recair apenas sobre as mulheres o peso da decisão do aborto e, como consequência, o seu encarceramento, é para parcela dos/as espíritas progressistas o mesmo que manter as desigualdades entre homens e mulheres, e entre mulheres social e

³⁰ MOVIMENTO NACIONAL DA CIDADANIA PELA VIDA. *A trajetória do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida (Brasil Sem Aborto) e os desafios para os próximos quatro anos (2011-2014)*. Brasília, DF: Movimento Nacional da Cidadania pela Vida, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/33wLgjl>. Acesso em: 20 set. 2019.

³¹ INCONTRI, Dora. Qual o problema da militância dos espíritas contra a descriminalização do aborto? *Associação Brasileira de Pedagogia Espírita*, 7 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/36ssUll>. Acesso em: 20 set. 2019.

economicamente privilegiadas e mulheres pobres e negras, que têm acesso diferenciado a métodos abortivos e a clínicas clandestinas.

Ao invés de ficar batendo na tecla de não descriminalizar o aborto, por que os espíritas (e com isso digo as instituições que se julgam representantes do espiritismo) não discutem as mortes de mulheres pobres nas clínicas de aborto clandestinas, por que não falam do machismo da nossa sociedade que não ampara a mulher na maternidade, a partir de muitos pais, homens, que consideram que não é com eles (eles não deveriam ser criminalizados também nesse caso?), da miséria estrutural que não favorece a consciência social da gravidez desejada e responsável? A nossa militância deveria ser pela licença maternidade e pela licença paternidade prolongadas, pela educação sexual na adolescência, numa postura de prevenção da gravidez precoce, pela abolição da violência obstétrica, da violência doméstica, da violência sexual contra mulheres e crianças... E de nada disso ouço os espíritas institucionais falar...³²

As disputas políticas na arena pública vêm, portanto, condicionando as disputas políticas no meio espírita, reconfigurando o campo de debates, tanto em termos de temas e personagens quanto de pontos de vista. E as divergências têm aparecido na medida em que os/as espíritas vão tornando públicas suas convicções políticas religiosamente orientadas e suas crenças religiosas politicamente orientadas. Nesse movimento continua em jogo, dentro do espectro religioso a que se convencionou chamar de “espiritismo kardecista”, a sua própria definição, suas formas institucionais, suas autoridades e suas maneiras de atuação no mundo.

Reflexões finais

O discurso religioso espírita, como qualquer outro discurso, opera como um instrumento de orientação no mundo, mesmo num contexto de identidades múltiplas e frágeis, típicas de uma sociedade secularizada. E os conflitos que decorrem das várias orientações no mundo contemporâneo evidenciam, entre outras, justamente as fronteiras entre política e religião.

Se olharmos, mais especificamente, para as representações espíritas sobre gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos, vemos em curso um processo tenso de racionalização espírita do sexo – essa unidade artificial que permite

³² INCONTRI, Dora. Qual o problema da militância dos espíritas contra a descriminalização do aborto? *Associação Brasileira de Pedagogia Espírita*, 7 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/36ssULL>. Acesso em: 20 set. 2019.

agrupar elementos anatômicos, funções biológicas, conduta, comportamentos, sensações, direitos e prazeres. Elaborado pelos/as virtuosos espíritas, com seus diferentes posicionamentos políticos, estilos, narrativas e fontes de autoridade, sua meta é a salvação, inculcando um hábito duradouro nos/as fiéis. Se o sistema sexo-gênero é um conjunto complexo e intrincado de relações de dominação construídas historicamente (Rubin, 1993; Scott, 1995; Bourdieu, 2002), a religião espírita não somente se inscreve nessa ordem como é parte integrante dela.

Enquanto agentes sociais, produtos e (re)produtores de processos de socialização, os/as espíritas leem a realidade social por meio das lentes que adquirem ao longo desses processos, ao mesmo tempo em que buscam articular suas leituras com o que compreendem ser o espiritismo. Essa articulação tem passado por uma reconfiguração por conta da emergência de um cenário político cada vez mais conservador, sobretudo a partir do golpe de Estado midiático-jurídico-parlamentar de 2016 e das eleições presidenciais de 2018. Isso não quer dizer que os/as espíritas não travassem diálogos com a política, mas certamente esses diálogos foram intensificados e cada vez mais publicizados na medida em que trazem em seu bojo a própria leitura que nutrem do que seja o espiritismo e de como os/as espíritas devem agir no mundo. Direitos humanos, democracia, Estado laico, desigualdades sociais, econômicas, de gênero e de sexualidade estão no centro dos debates políticos contemporâneos e também no centro dos debates espíritas. É por meio dessa centralidade que podemos assistir ao processo de reestruturação do campo espírita em termos de um espiritismo progressista e de um espiritismo conservador, com uma forte tendência desses últimos de se concentrarem em instituições históricas e reconhecidas, o que tem levado os/as espíritas progressistas a formular críticas a essas instituições, que almejam falar em nome do espiritismo.

Os caminhos para a organização política dos/as espíritas progressistas não passam, portanto, pelas instituições federativas ou centralizadoras, nem mesmo pela criação de instituições desse tipo. Eles/as têm nos espaços de encontros virtuais o seu meio privilegiado de transmissão das ideias sociais espíritas e de articulação política de redes de grupos, coletivos e entidades espíritas.

De modo geral, os/as espíritas detêm uma cartela ampla de capitais, requisito adquirido pela situação social e econômica privilegiada, com acesso a uma formação escolar e erudita que é, ao mesmo tempo, uma condição de origem social, um fator importante de pertencimento à religião e um valor intrínseco à doutrina. Por isso mesmo, tendem a ter fácil acesso tanto às ferramentas e habilidades para a elaboração/produção do pensamento espírita, à disposição por conta de toda essa formação, quanto às ferramentas de transmissão desse pensamento, tendo em vista a facilidade de aquisição e de manejo de aparatos tecnológicos de comunicação. Contudo, a semelhança da situação social que caracteriza o segmento espírita não se traduz em uma forma única de posicionamento político.

Se os/as conservadores/as apostam numa leitura do social em que gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos são lidos por meio da “ideologia de gênero”, ou seja, pela negação do gênero como uma categoria de análise social, o que significa reforçar e reproduzir lugares diferenciados de poder de acordo com o sexo biológico e manter a hierarquização das sexualidades, os/as progressistas acionam as ciências humanas e sociais, sobretudo os estudos de gênero, por conta de afinidades eletivas e pela familiaridade adquirida ao longo do processo de formação profissional, para pensar gênero e sexualidade como artefatos culturais e eixos de diferenciação e hierarquização de atividades, de reconhecimento e de acesso a direitos; portanto, passíveis de transformação.

Cada forma de apreensão do espiritismo implica uma leitura social e política do mundo e implica também direcionamentos da ação no mundo, sobretudo no que tange à caridade, o meio de salvação espírita. De modo muito amplo – talvez até simplista, embora a tentativa aqui seja sintetizar, em curto espaço, um conjunto muito complexo de pensamento, sem querer criar um divisionismo insuperável –, se o que caracteriza o pensamento progressista é a tendência à ruptura de padrões sociais tradicionais responsáveis pelas várias desigualdades, o espiritismo progressista terá mais propensão em pensar a caridade como o caminho para alcançar as transformações estruturais. Construir uma sociedade mais justa requer agir coletivamente no mundo, eliminando as desigualdades de toda ordem. E se o que caracteriza o pensamento conservador é a tendência à manutenção de valores, tradições e estruturas sociais, uma vez que qualquer desigualdade é consequência inevitável das diferenças naturais entre os indivíduos, de seus esforços e de suas decisões, o espiritismo conservador terá mais propensão a pensar o/a necessitado/a enquanto um sujeito que está pagando por suas escolhas (na chave do carma), e não como uma vítima das estruturas sociais desiguais. Nesse sentido, auxiliá-lo pode aliviar pontualmente suas aflições, sem eliminar propriamente as desigualdades de condições e de existência. A caridade assistencialista aparece, então, como uma boa obra para a salvação individual de quem a pratica.

As controvérsias espíritas entre progressistas e conservadores nos mostram, portanto, que o que está em jogo nessas disputas é a própria definição do que seja o espiritismo e de como devem ser, pensar e agir os/as que se dizem espíritas. Em outras palavras, estão em jogo moralidades espíritas distintas, que se constroem a partir de determinadas matrizes de leitura e de experiência do social.

Referências

- ARRIBAS, Célia. *Afinal, espiritismo é religião?* São Paulo: Alameda; Fapesp, 2010.
- ARRIBAS, Célia. Autoridades espíritas: critérios para tipologias e repartições das lideranças no espiritismo. In: SOUZA, Ricardo; SIMÕES, Pedro; TONIOL, Rodrigo (org.).

- Espiritualidade e espiritismo: reflexões para além da religiosidade*. São Paulo: Porto das Ideias, 2017a.
- ARRIBAS, Célia. Espíritas de todo o Brasil, uni-vos! Meandros da unificação espírita na primeira metade do século XX. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 150-172, 2017b.
- ARRIBAS, Célia. *No princípio era o verbo: espíritas e spiritismos na modernidade religiosa brasileira*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *La table, le livre et les esprits: naissance, évolution et actualité du mouvement social spirite entre France et Brésil*. Paris: Jean Claude Lattes, 1990.
- BARCELOS, Walter. *Homossexualidade, reencarnação e vida mental*. São Paulo: Pierre Paul Didier, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DAMAZIO, Sylvia F. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- FRANCO, Divaldo Pereira. *Sexo e consciência*. Salvador: Leal, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3loE0N7>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- GUIMARÃES, Fernando de Souza. *Corpo e espírito: representações da homossexualidade no espiritismo de duas cidades paulistas*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- KARDEC, Allan. *O Evangelho segundo o espiritismo*. São Paulo: Lake, 2006.
- KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. São Paulo: Lake, 2001.
- KARDEC, Allan. As mulheres têm alma? In: KARDEC, Allan. *Revista Espírita: jornal de estudos psicológicos: ano 1866*. Rio de Janeiro: FEB, 2009.
- LEWGOY, Bernardo. *Os espíritas e as letras*. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MIGUEL, Sinuê. Disposições políticas no espiritismo brasileiro: entre “neutralidade” conservadora e aspirações socialistas. *Sæculum*, João Pessoa, v. 25, n. 42, p. 86-104, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Jrfde7>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- MIGUEL, Sinuê. Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930 e 1940. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 10, n. 15, p. 39-70, 2009.
- MIGUEL, Sinuê. *Movimento universitário espírita: religião e política no espiritismo brasileiro (1967-1974)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- RICARDO DE SOUZA, André; ARIBAS, Célia da Graça; SIMÕES, Pedro. Feições expressivas do movimento espírita brasileiro. *Religare*, v. 14, n. 1, p. 28-59, 2017.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

XAVIER, Francisco Cândido. *Evolução em dois mundos*. Rio de Janeiro: FEB, 2008.

XAVIER, Francisco Cândido. *Sexo e destino*. Rio de Janeiro: FEB, 2009.

XAVIER, Francisco Cândido. *Vida e sexo*. Rio de Janeiro: FEB, 2001.

Recebido em: 06/04/2020

Aprovado em: 15/07/2020

Como citar este artigo:

ARRIBAS, Célia. Política, gênero e sexualidade: controvérsias espíritas entre progressistas e conservadores. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 2, maio – agosto, 2020, pp. 613-638.